



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**  
**CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**EDITAL N° 01/2019**

**PROCESSO DE SELEÇÃO AO MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, TURMA 2020**

A Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, torna público o Edital para a seleção de candidatos(as) às vagas disponíveis para composição da turma de 2020 do Curso de Mestrado em Ciência Política,

**1. DAS VAGAS**

1.1. As vagas para ingresso no PPGCP, turma 2020, serão preenchidas, nos termos do presente edital, por dois processos seletivos: (I) universal; (II) especial.

1.2. O processo seletivo universal disponibiliza 20 (vinte) vagas, sendo:

a) 01 (uma) cota para candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as);

b) 01 (uma) cota para candidatos(as) estrangeiros oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os PALOP;

1.2.1. No formulário de inscrição, o(a) candidato(a) a uma das cotas oferecidas pelo processo seletivo universal deverá selecionar a opção correspondente. Caso contrário, será considerado(a) candidato(a) não optante, não podendo, posteriormente, reivindicar vagas destinadas a cotas.

1.2.2. Não havendo candidatos(as) optantes por cotas em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para os(as) candidatos(as) não optantes aprovados(as) no processo seletivo universal, sendo preenchidas em ordem decrescente de notas finais.

1.3. O processo seletivo especial reserva 02 (duas) vagas, sendo:

a) 01 (uma) vaga para candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas;

b) 01 (uma) vagas para candidatos(as) autodeclarados(as) quilombolas;

1.3.1. No ato da inscrição, o(a) candidato(a) às vagas oferecidas pelo processo seletivo especial deverá selecionar a opção correspondente. Caso contrário, será considerado(a) candidato(a) ao processo seletivo universal, não podendo, posteriormente, reivindicar as vagas especiais.

1.3.2. As 02 (duas) vagas do processo seletivo especial, caso não sejam preenchidas, nos termos deste edital, serão extintas.

1.4. Não haverá nenhum compromisso por parte do Programa com o preenchimento total das vagas, nem com a concessão de bolsas.

## **2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO**

2.1. Serão admitidos como candidatos(as) à seleção do Mestrado em Ciência Política os portadores de diploma ou certificado de curso de nível superior reconhecido pelo MEC; Portadores de diploma de Curso de Graduação obtido no exterior e certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação.

2.1.1. Os diplomas expedidos no exterior deverão ser apresentados com autenticação consular brasileira. No ato da matrícula, os(as) candidatos(as) aprovados deverão assinar um termo dando ciência de que só receberão o diploma de pós-graduação após o seu diploma de graduação ser reconhecido nos termos da legislação brasileira.

2.1.2. Os(as) candidatos(as) concluintes de Curso de Graduação deverão manifestar concordância, no momento da inscrição, com declaração informando a data prevista para a conclusão do curso de graduação, ficando sua admissão condicionada à conclusão do curso de Graduação até a data limite para a realização da matrícula dos(as) candidatos(as) aprovados.

2.2. Os(as) candidatos(as) ao processo de seleção, no momento da inscrição, deverão submeter ao programa os seguintes documentos:

2.2.1. Documentos de identificação:

a) Carteira de identidade (ou documento equivalente);

b) CPF;

c) Comprovantes de comparecimento à última eleição, incluindo segundo turno, se houve;

2.2.2. Cópia do Diploma, certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação;

2.2.3. Cópia do Histórico escolar de graduação, conforme Resolução nº 3.210/CONSEP, de 26/10/2004;

2.2.4. Curriculum Vitae certificado pela Plataforma Lattes, em formato PDF, acompanhado de uma via com fotocópias dos documentos comprobatórios (ver modelo proposto na Plataforma LATTES/CNPq – [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)). Não serão considerados, para fins de avaliação, currículos que não estejam cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>), exceto para candidatos(as) estrangeiros.

2.2.4.1. Candidato(a) estrangeiro(a) que não tem registro de CV na Plataforma Lattes, por causa de ainda não possuir a documentação requerida para nela se cadastrar, apresentará CV correlato.

2.2.5. Carta do(a) candidato(a) ao presidente da comissão de seleção expondo os motivos para cursar o Mestrado, bem como da escolha da área de concentração e da linha de pesquisa (máximo de duas laudas).

2.2.6. São de inteira e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) as informações e a documentação por ele(a) fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, após a realização da inscrição.

### 3. DAS FORMAS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições poderão ser efetivadas:

3.1.1. De forma inteiramente online;

3.1.2. De forma online com entrega de documentos presencial.

3.2. Ambas as formas de inscrição descritas no item 3.1 requerem o preenchimento de formulário online específico disponível em:

<http://ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/ingresso/selecao-Atual>

3.2.1. Caso houver mais de uma inscrição no formulário online para o(a) mesmo(a) candidato(a), será considerada apenas a última inscrição válida recebida.

3.2.2. Caso o(a) candidato(a) estiver concorrendo pelas cotas previstas nos itens 1.2. (a) e 1.3. (a) e (b), o(a) candidato(a) deverá marcar a opção correspondente no formulário de inscrição online;

3.3. A forma de inscrição inteiramente online, descrita no item 3.1.1, requer do(a) candidato(a) uma conta ativa válida nos sites Google ou Gmail, de modo a possibilitar o carregamento (upload) dos arquivos anexos descritos na seção 2.

3.3.1. Para a forma de inscrição inteiramente online, descrita no item 3.1.1, todos os documentos descritos na seção 2 deverão ser entregues de forma online, no endereço eletrônico descrito no item 3.2, em formato PDF ou imagem, sendo indispensável que todos os documentos estejam legíveis e sem rasura.

3.4. A forma de inscrição online com entrega de documentos presencial, descrita no item 3.1.2, NÃO requer do(a) candidato(a) uma conta válida nos sites Google ou Gmail.

3.4.1. A forma de inscrição online com entrega de documentos presencial, descrita no item 3.1.2, só será efetivada após o(a) candidato(a) submeter ao programa, presencialmente ou através de representante com procuração válida, os documentos mencionados na seção 2.

3.5. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política -PPGCP não se responsabiliza por problemas técnicos ou de conexão, inclusive decorrentes dos provedores de acesso, que eventualmente venham a inviabilizar a inscrição.

3.5.1 Recomenda-se que o(a) candidato(a) evite deixar a inscrição para os últimos dias, de modo a minimizar os riscos de problemas técnicos que inviabilizam a inscrição.

3.6. Informações sobre o mestrado podem ser obtidas no site <http://ppgcp.propesp.ufpa.br/>.

3.7. Dúvidas referentes ao processo seletivo deverão ser enviadas ao email [ppgcp@ufpa.br](mailto:ppgcp@ufpa.br) ou pelo telefone (91) 3201-7441/7997 ou então pessoalmente à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPA no horário: 09h às 14h, no endereço: Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Guamá – Rua Augusto Corrêa, Nº 1 – CEP: 66075-110 – Belém-Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH - Campus Básico - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política -PPGCP;

3.8. Haverá análise prévia dos pedidos de inscrição e somente serão deferidos:

- a) os que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital;
- b) os que apresentarem toda a documentação estabelecida no item 2 deste Edital.

#### **4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

4.1. A seleção dos(as) candidatos(as) será feita pela Comissão de Seleção, formada por três membros titulares e um suplente, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

4.2. Em caso de necessidade, os critérios de desempate serão adotados na seguinte ordem: 1º candidato(a) que obteve nota mais alta na prova escrita (item 5.1); 2º candidato(a) que obteve nota mais alta na arguição ao Pré-projeto (item 5.3); 3º maior idade.

4.3. Os recursos a toda e qualquer fase do processo de seleção deverão ser feitos através de requerimentos endereçado ao presidente da comissão de seleção, entregues no Protocolo do IFCH no horário de funcionamento deste, respeitando os prazos previstos no Item 6 do presente edital. Em caso de deferimento o(a) candidato(a) será convocado(a) através de publicação na página do PPGCP para receber as informações sobre sua participação na próxima fase da seleção.

#### **5. ETAPAS DE SELEÇÃO**

5.1. 1ª Etapa: prova escrita (eliminatória e classificatória).

5.2. 2ª Etapa: admissibilidade do Pré-projeto de Pesquisa (eliminatória).

5.3. 3ª Etapa: arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Currículo Lattes, no Pré-projeto apresentado, na Carta de Intenções e, a critério da Banca Examinadora, também na prova escrita (eliminatória e classificatória);

5.4. 4ª Etapa: exame de Proficiência em língua inglesa (obrigatória para os(as) candidatos(as) aprovados na arguição ao projeto).

5.5. Os(as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo universal, objeto deste edital, serão submetidos a todas as etapas do processo seletivo.

5.6. Os(as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo especial, objeto deste edital, serão submetidos unicamente às etapas descritas pelos itens 5.2, 5.3 e 5.4.

## 6. DO CALENDÁRIO

<b>Etapas da Seleção</b>	<b>Datas / Períodos</b>	<b>Local</b>
Divulgação do Edital	14/08/2019	Site do PPGCP
Prazo Recursal do Edital	16 e 19/08/2019	Protocolo do IFCH
Resposta dos recursos	19/08/2019	Site do PPGCP
Inscrições ao processo seletivo	20/08 a 19/09/2019	Site do PPGCP
Homologação e divulgação das Candidaturas	20/09/2019	Site do PPGCP
Prazo Recursal das inscrições	23 e 24/09/2019	Protocolo do IFCH
Realização da prova escrita	25/09/2019	A definir
Divulgação dos(as) aprovados(as) da Prova Escrita	Até 04/10/2019	Site do PPGCP
Prazo recursal da Prova escrita	07 e 08/10/2019	Protocolo do IFCH
Entrega do Pré-Projeto	05 a 14/10/2019	Site do PPGCP
Arguição aos Pré-Projetos	21 a 25/10/2019	A definir
Divulgação do resultado da avaliação dos Pré-Projetos	29/10/2019	Site do PPGCP
Prazo Recursal da avaliação dos Pré-Projetos	30 e 31/10/2019	Protocolo do IFCH
Prova de proficiência em inglês	01/11/2019	A definir
Resultado da prova de proficiência em inglês	06/11/2019	Site do PPGCP
Prazo Recursal do resultado da prova de proficiência	07/11/2019	Protocolo do IFCH
Divulgação do Resultado Final	11/11/2019	Site do PPGCP

6.1. A prova escrita, de proficiência e a arguição aos Pré-projetos serão realizadas em local a ser informado oportunamente no site do PPGCP.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

### 7.1. Prova Escrita (eliminatória):

7.1.1. A prova escrita dissertativa versará sobre temas específicos com base em bibliografia indicada neste edital.

7.1.2. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, não sendo permitida a consulta a textos, livros, anotações, material audiovisual ou outro tipo de material;

7.1.3. Serão observados os seguintes critérios de avaliação:

a) Conhecimento e aprofundamento do tema proposto, atualização e adequação da resposta à literatura indicada no edital (80% da prova);

b) Organização e clareza na exposição do argumento (introdução, desenvolvimento, conclusão); uso adequado da terminologia técnica; correção gramatical (20% da prova).

7.1.4. A prova escrita será corrigida por dois membros da comissão de seleção. Havendo discrepância entre as notas acima de 20% será convocado um terceiro avaliador. A nota atribuída por este terceiro avaliador será confrontada com as duas notas anteriores, sendo que a nota que mais se aproximar com a do terceiro avaliador será considerada e a nota que mais se afastar será descartada. A nota final será a média das notas consideradas de dois avaliadores.

7.1.5. A bibliografia ficará à disposição dos(as) candidatos(as) no site <http://ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/ingresso/selecao-Atual> e na Secretaria do PPGCP.

7.1.6. Para a realização da prova escrita, o(a) candidato(a) deverá identificar-se mediante apresentação do seu RG e CPF. Na prova escrita não haverá a identificação do(a) candidato(a), que será feita apenas pela indicação do número do seu CPF na primeira página do caderno de respostas.

7.1.7. O(A) candidato(a) poderá ter acesso a sua prova e as planilhas individuais de correção da mesma desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

## **7.2. Admissibilidade do Pré-Projeto de Pesquisa (eliminatória):**

7.2.1. Adequação aos aspectos formais da escrita científica.

7.2.1.1. O Pré-projeto de pesquisa deve conter, no máximo, dez (10) laudas, e ser produzido a partir da seguinte padronização: espaço 1,5; fonte Times New Roman (corpo 12); margens 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita); demais formatações devem seguir o padrão ABNT.

7.2.1.2. Os projetos de pesquisa dos(as) candidatos(as) deverão obrigatoriamente estar vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa do PPGCP.

7.2.1.3. Não deve constar no projeto qualquer identificação do(da) candidato(a).

7.2.1.4. Serão desclassificados(as) os(as) candidatos(as) cujos pré-projetos não correspondam às exigências formais aqui definidas.

7.2.2. Adequação aos aspectos substanciais de construção da pesquisa a ser elaborada no âmbito do PPGCP, a partir dos seguintes aspectos:

a) Exequibilidade e justificativa da proposta;

b) Delimitação do problema e da hipótese de pesquisa;

- c) Formulação e adequação da construção teórica ao problema de pesquisa; utilização de referências da área de ciência política;
- d) Coerência das estratégias metodológicas propostas.

**7.3. Arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Pré-projeto apresentado, no Currículo Lattes, na Carta de Intenções e, a critério da Banca Examinadora, também na prova escrita (eliminatória e classificatória):**

7.3.1. Serão arguidos os(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita.

7.3.2. No início da arguição, o(a) candidato(a) deverá expor seu Pré-projeto de pesquisa à Comissão de Seleção, dispondo de, no máximo, dez (10) minutos para tanto. O(a) candidato(a) poderá utilizar recursos audiovisuais em sua apresentação.

7.3.3. A arguição será feita com base nos dados do Currículo Lattes, no Pré-projeto apresentado por ocasião da inscrição do(a) candidato(a) e, eventualmente, a critério da banca, na prova escrita. Os critérios de avaliação desta etapa, serão:

- a) conhecimento teórico e metodológico, domínio e segurança em relação ao tema do pré-projeto, coerência entre os componentes expostos na defesa do pré-projeto proposto (tema, problema, hipóteses, objetivos e metodologia) – 50% da nota;
- b) experiência em atividades de pesquisa acadêmica e publicações de artigos relacionados às linhas de pesquisa do curso, comprovadas e expostas no CV Lattes – 20% da nota;
- c) desempenho acadêmico do(a) candidato(a) exposto no histórico escolar de sua formação acadêmica anterior (graduação, especialização, mestrado, etc.) – 20% da nota;
- d) disponibilidade de tempo para cursar e concluir o curso de mestrado – 10% da nota.

7.3.4. As arguições serão realizadas por ordem alfabética dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita.

7.3.5. A nota final da arguição será estabelecida pela média aritmética da nota atribuída por todos(as) os(as) professores(as) componentes da banca de avaliação, no momento da arguição.

7.3.6. O(a) candidato(a) poderá ter acesso às planilhas individuais de avaliação da arguição desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

**7.4. Prova de Proficiência em Língua Estrangeira (obrigatória):**

7.4.1. Os(as) estudantes de Mestrado de nacionalidade brasileira ou provenientes de países de língua portuguesa deverão realizar teste de proficiência em língua inglesa, e os(as) candidatos(as) estrangeiros realizaram teste de proficiência em língua portuguesa, ou apresentar certificado de proficiência nas línguas requeridas, expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

7.4.2. Estarão dispensados(as) de realizar essa prova os(as) candidatos(as) que apresentarem, no ato da inscrição na seleção para o curso de mestrado, um dos seguintes certificados de conhecimento de língua inglesa expedido nos últimos 3 (três) anos: (i) Test of English as Foreign

Language - TOEFL (PBT - Paper-based testing - mínimo de 550 pontos; CBT - Computer-based testing - mínimo de 213 pontos; IBT - Internet-based testing mínimo de 80 pontos; ITP, Institutional Testing Program – mínimo de 400 pontos); (ii) International English Language Test - IELTS (mínimo de 6,0 pontos). Outros certificados institucionais de proficiência em língua inglesa poderão ser apresentados ao colegiado do Programa para julgamento de sua equivalência aos demais.

7.4.3 Candidatos(as) estrangeiros(as) estarão dispensados(as) de realizar a prova de língua inglesa caso tenham o inglês como língua nativa ou apresentem um dos certificados de proficiência supramencionados.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO**

8.1. Será considerado aprovado em cada fase do processo seletivo, o(a) candidato(a) que obtiver nota mínima 6 (seis) pontos, no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.1.2. Os(as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo universal, na modalidade descrita pelo item 1.2. (a) (autodeclarados/as negros/as) do presente edital, serão considerados aprovados(as) caso obtenham nota mínima de 5 (cinco) pontos em cada uma das etapas eliminatórias do processo seletivo.

8.1.3. Os(as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo especial serão considerados aprovados(as) caso obtenham nota mínima de 5 (cinco) pontos em cada uma das etapas eliminatórias do processo seletivo.

8.2. A nota final e a classificação serão calculadas pela média das notas parciais obtidas na avaliação do desempenho dos(as) candidatos(as) nas duas primeiras fases do processo seletivo (prova escrita e arguição oral), sendo aprovados(as) aqueles(as) que alcançarem nota final igual ou superior a 6 (seis), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez). Para os(as) candidatos(as) autodeclarados negros (1.2 da modalidade universal), quilombolas e índios (processo seletivo especial) a nota final a ser considerada deve ser igual ou superior a 6 (seis), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.3. Os(as) candidatos(as) serão classificados(as) segundo a ordem das suas notas finais, até atingir o número máximo de vagas estabelecido neste Edital.

8.4. A ordem de classificação não garante acesso automático às bolsas disponibilizadas pelo PPGCP.

## **9. CANDIDATOS(AS) ESTRANGEIROS**

9.1. Candidatos(as) estrangeiros(as) a uma bolsa de estudos da CAPES, CNPq, ou outros convênios específicos de fomento para alunos de Mestrado estrangeiros no Brasil chancelados pela CAPES, poderão requerer uma carta de aceite do PPGCP ao longo do período de inscrições, previsto no respectivo edital. A emissão desta carta dependerá de análise do curriculum vitae do(a) candidato(a) estrangeiro, plano de trabalho e histórico escolar, indicando que ele está apto aos estudos de PósGraduação em Ciência Política, não o eximindo de cumprir as etapas posteriores do processo de seleção no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

9.2. Candidatos(as) estrangeiros(as) residentes fora do Brasil poderão realizar a Prova Escrita e a arguição ao projeto na Embaixada brasileira de seu respectivo país de origem. Para isto, deverão



apresentar, quando de sua inscrição, documento da Embaixada brasileira aceitando a realização de prova e de arguição oral em suas dependências, em dia fixado pela Comissão de Seleção, bem como duração e condições de não consulta bibliográfica semelhantes à dos(as) demais candidatos(as), além de designar funcionário responsável por sua aplicação.

## **10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Os(as) candidatos(as) somente terão acesso ao local das provas portando documento de identificação contendo fotografia, sendo desclassificados do concurso os que faltarem a quaisquer das Etapas ou não obedecerem aos horários estabelecidos.

10.2. É vedada a presença de quaisquer outros(as) candidatos(as) quando da realização das arguições orais.

10.3. Será garantida a não identificação por nome dos(as) candidatos(as) nas provas de conhecimento e de idioma.

10.4. Os(as) candidatos(as) não selecionados poderão reaver, na Secretaria do Programa, os documentos apresentados para a inscrição até 60 (sessenta) dias após a divulgação do resultado final. Findo este prazo, os documentos serão descartados.

10.5. Os(as) candidatos(as) aprovados deverão, no momento da matrícula do curso, uma cópia simples junto com o original, para simples conferência dos documentos descritos no itens 2.2.1, 2.2.2. e 2.2.3.

10.6. A divulgação dos resultados contemplará apenas os nomes dos(as) candidatos(as) aprovados(as) em cada etapa, por ordem alfabética.

10.7. Não havendo o preenchimento das vagas, o Colegiado poderá abrir novo edital de seleção, especificamente para completar as vagas ociosas.

10.8. Junto com o resultado final do processo seletivo serão divulgados o local, a data e horário de matrícula dos(as) aprovados(as).

10.9. O Curso exige dedicação integral dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

10.10. Candidatos(as) Portadores(as) de Necessidades Especiais-PNE deverão solicitar no ato da inscrição atendimento especializado para a realização das provas.

10.11. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos, em primeira instância, pela Comissão de Seleção; e em segunda instância, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

## ANEXO I

### BIBLIOGRAFIA DA PROVA ESCRITA

AVRITZER, L.. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013–2018. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 37, p. 273-289, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/v37n2/1980-5403-nec-37-02-273.pdf>.

CASTRO, Mônica Matta Machado de. (1992). “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 7-19. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50617/mod\\_resource/content/1/CASTRO\\_SUJEITO%20E%20ESTRUTURA%20NO%20COMPORTAMENTO%20ELEITORAL.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50617/mod_resource/content/1/CASTRO_SUJEITO%20E%20ESTRUTURA%20NO%20COMPORTAMENTO%20ELEITORAL.pdf).

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (1998). “Bases institucionais do presidencialismo de coalizão” *Lua Nova*, n.44, pp.81-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a05n44.pdf>

LJPHART, Arend. (2013). *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [Cap. 1 - Introdução; Cap. 2 - Modelo Westminster; Cap. 3 Modelo Consensual].

PATEMAN, Carole. (2013). “Críticas feministas a dicotomia público/privado”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, pp.55-80. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844681/mod\\_resource/content/0/Pateman%2C%20C%3%ADticas%20feministas%20%20C3%A0%20dicotomia%20p%20C3%BAblico-privado.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844681/mod_resource/content/0/Pateman%2C%20C%3%ADticas%20feministas%20%20C3%A0%20dicotomia%20p%20C3%BAblico-privado.pdf).

PERISSINOTTO, Renato. (2007). “O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea” *Lua Nova*, n. 71, pp. 81-121. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/03.pdf>.

PITKIN, Hanna F. (2006). “Representação: palavras, instituições e idéias”. *Lua Nova*, n.67, pp.15-47. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras\\_pesquisas/pitkin.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/pitkin.pdf)

SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D’AVILA FILHO, Paulo (Orgs.). (2016). *Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D. [Cap.1 - Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/370815810/Estado-e-sociedade-no-Brasil-Boschi-Diniz-pdf>.

WEBER, Max. (1972). “A política como vocação”. In: WEBER, Max. *Política e ciência: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

## ANEXO II

### PROGRAMAS DE PESQUISA DOS PROFESSORES DO PPGCP

#### PROGRAMA DE PESQUISA - FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL

##### **COORDENADORA: Profa. Dra. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS**

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (1997); Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1999); Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (2008). Atua nas seguintes áreas: 1. Filosofia Política; 2. Teorias normativas e teoria crítica; 3. Sociologia política e teorias disposicionais (Bourdieu e Bernard Lahire), 4. Pensamento político brasileiro e 5. Estudos sobre o poder judiciário e o fenômeno da judicialização.

**Objetivos:** a) Estudar e desenvolver projetos sobre filosofia política (Antiga, Moderna e Contemporânea); b) Estudar e desenvolver projetos sobre os diagnósticos apresentados pelos teóricos críticos, por exemplo Habermas e a tese de instrumentalidade da razão comunicativa ou Honneth e o diagnóstico do sofrimento por indeterminação e seus prognósticos refletidos em modelos institucionais; c) Desenvolver uma reflexão filosófica política e projetos sobre as possibilidades de reinvenção normativa das teorias sobre a representação da soberania, da vontade popular e do poder constituinte; d) Analisar e desenvolver projetos de modelos que buscam repensar novas formas de representação política e de exercício de normatização social (Butler e Zizek).

**Ementa:** Teoria política da antiguidade clássica. Teoria política moderna. Teoria política contemporânea. Teoria crítica. Emancipação social. Racionalidade. Modernidade. Deliberação. Facticidade. Validade. Teoria do reconhecimento. Sofrimento por indeterminação. Soberania como vontade e representação. Democracia. Representação. Liberalismo. Normatividade social.

##### **Temas de Interesse do Programa:**

- a) Teorias político normativas da antiguidade clássica, modernidade e contemporaneidade e seus diagnósticos sociais e prognósticos institucionais.
- b) Teoria crítica, suas aporias e possibilidades de reinvenção político normativas da modernidade.
- c) Novas formas de produção de uma política republicana sobre o bem comum em detrimento da noção de políticas públicas.
- d) O neoliberalismo como processo de radicalização da matriz de modernização e do excesso de determinação social

## PROGRAMA DE PESQUISA - INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

**COORDENADORA: Profª. Dra. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS**

**Objetivos:** Este programa apresenta os seguintes objetivos: Estudar e desenvolver projetos sobre o poder judiciário e sua relação com os outros dois poderes (executivo e legislativo) com a finalidade de realizar uma análise mais abrangente sobre a política da administração judicial local e nacional. Estudar e desenvolver projetos sobre a contribuição do STF e do controle de constitucionalidade para a estabilidade do presidencialismo de coalizão. Estudar e desenvolver projetos sobre a formação disposicional (Bourdieu e Lahirer) social dos juízes e das elites Judiciais no sentido da formação de um corpo profissional específico. Analisar e desenvolver projetos sobre a relação e a função do poder judiciário com o Estado Brasileiro. Analisar e desenvolver projetos sobre o fenômeno da judicialização como consequência do processo de moralização da política e do neoliberalismo.

**Ementa:** Administração política judicial. Controle de Constitucionalidade. STF. Relação executivo-legislativo e judiciário. Presidencialismo de coalizão. Sociologia disposicional e a formação profissional dos atores judiciais. A função do poder judiciário na formação do Estado Brasileiro. Judicialização. Moralização da política. Neoliberalismo.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) A administração política das instituições judiciais.
- b) A formação e as disposições do corpo profissional que atua nas instituições judiciais.
- c) As elites judiciais e sua relação com a administração política judicial.
- d) A relação do poder judiciário com a formação estrutural e funcional do Estado Brasileiro.
- e) Judicialização da política como expressão do excesso de determinação da normatividade social e resultado do processo de moralização política.
- f) Neoliberalismo e o novo tipo de jurisdição.

## PROGRAMA DE PESQUISA - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ESTUDOS LEGISLATIVOS NA AMÉRICA LATINA.

**COORDENADOR: Prof. Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI**

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005); Mestre (2008) e Doutor (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou Estágio Pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (PNPD/CAPES). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos

**Objetivos:** Analisar os regimes institucionais dos Países Latino-Americanos e seus impactos sobre o funcionamento dos legislativos do subcontinente, englobando tanto estudos comparados quanto estudos de casos.

**Ementa:** Regimes institucionais na América Latina, Comportamento Parlamentar, Relação Executivo e Legislativo nos países latino-americanos.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Instituições Políticas na América Latina.
- b) Sistemas Partidários e Eleitorais latino-americanos e seus impactos no comportamento parlamentar.
- c) Organização e Comportamento Parlamentar. Capacidade de Controle dos legislativos latino-americanos.
- d) O Legislativo no processo decisório.
- e) Sistemas bicamerais da América Latina.
- f) Relação entre o Executivo e o Legislativo. Sistemas de Governo na América Latina.
- g) Federalismo e Representação territorial nos países latino-americanos

**PROGRAMA DE PESQUISA - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS**

**COORDENADOR: Profo. Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA**

Graduado em Economia pela UFPA (1988); Mestre em Ciência Política (1994); Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Sistemas Eleitorais e Partidários. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Comportamento Eleitoral; 4) Mídia e Opinião Pública; 5) Política Comparada.

**Objetivos:** Desenvolver estudos sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, evidenciando a participação e influência dos atores políticos, tanto no âmbito do sistema eleitoral e partidário quanto na relação entre os poderes executivo e legislativo.

**Ementa:** Geografia do voto; Participação e representação política, comportamento eleitoral; coligações partidárias; grupos de interesses no processo eleitoral, clientelismo político, emendas orçamentárias, recrutamento político, reeleição e renovação parlamentar, financiamento de campanhas, propaganda e campanha eleitoral.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Avaliar o sistema partidário e a força dos partidos na esfera local, nacional e estadual;
- b) Analisar a Geografia do voto existente nas eleições legislativas e executivas;
- c) Entender o processo de Participação e o comportamento do eleitor nas eleições legislativas e executivas;
- d) Estudar o processo de formação e desempenho das coligações no processo eleitoral;
- e) Identificar a participação de grupos sociais relevantes na formação do poder político como: indígenas, negros, religiosos, etc.;
- f) Verificar os mecanismos de recrutamento e formação de lideranças na esfera eleitoral e partidária;
- g) Avaliar as reeleições e a renovação parlamentar verificados no processo eleitoral;
- h) Analisar a formação da receita e despesas das campanhas eleitorais e o processo de prestação de contas por parte da elite política.

**PROGRAMA DE PESQUISA - PADRÕES DE INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO-GRUPOS DE INTERESSE, EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS: PERSPECTIVA COMPARADA, NACIONAL E INTERNACIONAL.**

**COORDENADORA: Profª. Dra. EUGÊNIA ROSA CABRAL**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1989); Mestre (1998) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); Doutora (2007) em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

**Objetivos:** analisar o papel das instituições como fator determinante na configuração dos padrões de relação entre o executivo, o legislativo e os grupos de interesse, mais especificamente grupos empresariais, com ênfase nas implicações desses padrões de interação na produção legislativa e nos processos decisórios concernentes a políticas de desenvolvimento. A partir do arcabouço teórico denominado de Variedade de Capitalismo, procurar-se analisar o Estado e sua relação com grupos de interesse como parte integrante de um dado regime produtivo, inseridos num marco institucional mais amplo, que define regras, valores, incentivos e restrições que condicionam o desempenho dos diferentes atores. As pesquisas devem, preferencialmente, ter escopo comparativo, no âmbito nacional e internacional.

**Ementa:** Padrão de Interação entre executivo, legislativo e grupos de interesse; Processos decisórios de políticas públicas; Produção legislativa; Lobby como forma de representação política; Regras institucionais como fator determinante de padrões de interação; Papel do Estado na coordenação e regulação do mercado.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Produção legislativa e processos decisórios sobre projetos de infraestrutura de transporte, portos, energia elétrica e telecomunicações com significativo impacto ambiental;
- b) Produção legislativa e processos decisórios sobre normas ambientais, biossegurança e aquecimento global;
- c) Lobby como representação de interesses, no âmbito do Congresso Nacional, no contexto democrático atual.
- d) Padrões de Interação entre Executivo, Legislativo e Grupos de Interesse em processos de produção de regras.

**PROGRAMA DE PESQUISA - CLASSES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

**COORDENADOR: Prof. DR. GUSTAVO CÉSAR DE MACEDO RIBEIRO**

Graduado (2004), Mestre (2006) e Doutor (2014) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento político; 2) Comportamento eleitoral e classes sociais; 3) Eleições e sistemas eleitorais; 4) Partidos políticos e sistemas partidários; 5) Política brasileira.

**Objetivos:** analisar as tendências de intenção de voto em eleições presidenciais no Brasil durante o período compreendido entre 2002 e 2014, buscando identificar as possíveis relações entre inserção diferencial em relações de classe e comportamento eleitoral. Dessa forma, com base em resultados de *surveys* de opinião com abrangência nacional (tais como o ESEB e o *Latinobarómetro*), a investigação empírica intenta desvelar se, no espaço de tempo em questão, são identificados padrões de voto de classe. Especificamente, se estão presentes, no período estudado, tendências de voto de classe “tradicional” (i.e. eleitores de classes trabalhadoras votando em partidos de esquerda) e “total” (que engloba os outros tipos interação entre voto e classe).

**Ementa:** voto de classe; comportamento político e clivagens sociais; eleições presidenciais; pesquisas *survey*.

#### **Temas de Interesse do Programa**

- a) Comportamento político
- b) Voto, classes e clivagens sociais
- c) Eleições presidenciais e subnacionais
- d) Disputas eleitorais no Brasil contemporâneo
- e) Metodologias quantitativas e análise política

### **PROGRAMA DE PESQUISA - TERRA, SAÚDE E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA.**

#### **COORDENADOR: Prof. Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO**

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2002); Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Realizou Estágio Pós-doutoral na University of St. Andrews, Scotland-UK (2014). Tem experiência na área de Pensamento Social Latino Americano, com ênfase na perspectiva decolonial. Atua principalmente nos seguintes temas: Antropologia Política, Pensamento Decolonial, Estado e políticas públicas para população tradicional, assim como temas relacionados à raça e etnicidade.

**Objetivos:** As populações tradicionais, por meio dos movimentos sociais, possuem agenda de luta por direitos sociais definidas segundo suas avaliações com relação às possibilidades políticas de conquistá-los. Deste modo, elas lutaram por muito tempo, e algumas ainda lutam, para assegurar o direito à terra, com objetivo de garantirem a reprodução da vida material. Os grupos que alcançaram suas demandas, logo formularam outras reivindicações sobre as quais passam se organizar politicamente. Nesse movimento, uma parcela das populações tradicionais hoje tem como bandeira de luta a formulação de políticas públicas ligadas às suas especificidades étnico-raciais e culturais, nas áreas que lhes parecem mais

urgentes. Portanto, com este programa de pesquisa, investiga-se como as políticas públicas relacionadas à produção, à saúde e educação chegam às populações tradicionais, e quais seus efeitos reais para efetivação da cidadania da população rural no Brasil.

**Ementa:** Os estudos de políticas públicas às populações tradicionais seguirão a matriz do pensamento decolonial, com autores como Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Dignolo, Nelson Maldonado-Torres. Com os herdeiros da teórica crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth, analisaremos a organização política e social das populações tradicionais e suas lutas por reconhecimento e distribuição. Esses dois eixos serão alimentados por outros autores, os quais comporão o quadro analítico desse programa de investigação.

### **PROGRAMA DE PESQUISA - REPRESENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO.**

#### **COORDENADOR: Profa. Dra. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991); Mestre (1999) e Doutora (2007) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

**Objetivos:** analisar comportamentos políticos no âmbito de instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. O intuito é produzir reflexões a respeito do exercício da representação política dentro dos limites das regras institucionais, assim como também identificar demandas sociais, traduzidas pelos atores políticos no exercício das atividades que lhes são delegadas pelos cidadãos.

**Ementa:** Estudo de demandas por políticas públicas nos Legislativos; Identificação e comparação de regras institucionais; estudo do papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas públicas.

#### **Temas de Interesse do Programa:**

- a) Desenhos institucionais dos Legislativos locais;
- b) Produção legislativa sobre meio ambiente;
- c) Produção legislativa sobre saúde, educação e cultura;
- d) Políticas industriais e comerciais de impacto ambiental;
- e) *Accountability* de mandatos representativos.

### **PROGRAMA DE PESQUISA: MÍDIA E SOCIABILIDADE POLÍTICA**

#### **COORDENADORA: Profa. Dra. MARISE MORBACH**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1994); Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996);



Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: comportamento político nos mídias e sociabilidades em redes online.

**Objetivos:** Analisar os problemas teóricos e empíricos trazidos ao campo da política com o advento da *media*. Conhecer os contextos históricos nos quais as relações entre a *media* e a política são determinantes à estabilidade das democracias representativas. Analisar as categorias sociais que estruturam os estudos sobre a Opinião Pública: motivações e percepções em relação aos *medias*. Estudar as transformações da representação e o alcance da *media* sobre os processos de "escolha pública". Mapear a cultura política no *media* buscando descrever tipologias. Estudar as interfaces da ética, da comunicação e da política nos *media* na produção de "laços sociais" e de "rupturas de sociabilidade". Descrever as formas da sociabilidade de instituições políticas e agentes políticos nos *media* e em ambientes virtuais.

**Ementa:** Estudo das teorias políticas contemporâneas nas quais a sociabilidade política é permeada pelas tecnologias da informação e pelos *media* e cujo campo de abrangência analisa as informações do espaço particular e interno da política (partidos, candidaturas, regras eleitorais, representantes, representados, etc.) sobre o comportamento político e na institucionalização de práticas e valores políticos. Estudo sobre as mudanças na sociabilidade política trazidas pelo meio virtual na deliberação pública e na formação das "vontades": senso comum; institucionalização de práticas, etc. Análise das práticas sociais em suas relações com os meios de comunicação sobre a elaboração e difusão de repertórios políticos: seus efeitos e condicionantes.

#### **Temas de Interesse do Programa**

- a) Formas de representação política: como o poder se distribui no ambiente midiático e no virtual entre representantes e representados; entre instituições e agentes; etc.;
- b) Estruturas de comunicação e repertórios políticos na Amazônia contemporânea: socialidades midiáticas e sociabilidades virtuais;
- c) As formas de manifestação e associação de interesses no comportamento político da *media* e suas interfaces com a ética e a cultura;
- d) Personificação política e mudança institucional no ambiente midiático;
- e) A sociabilidade política em redes sociais online: cultura política e senso comum;
- f) Mudança e padrão de representação dos interesses na sociabilidade online.

### **PROGRAMA DE PESQUISA - REFORMAS COMPARADAS.**

#### **COORDENADOR: Prof. Dr. MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA**

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Ciência Política, também pela USP. Suas áreas de interesse são instituições políticas, economia política, gestão pública, federalismo, políticas públicas, e metodologia de pesquisa em ciência política.

**Objetivos:** O presente projeto visa desenvolver pesquisas sobre o processo de tramitação de importantes reformas de políticas (policy reforms) ao nível nacional. Entre as essas reformas, podemos citar como exemplo reformas de instituições econômicas (como a reforma trabalhista e a reforma tributária), reformas do Estado de bem-estar social (reforma da previdência) ou reformas das garantias de lei e ordem (reforma do judiciário, projeto anticrime). Os problemas de pesquisa explorados envolvem perguntas como quais os atores envolvidos na tramitação das reformas, sejam eles atores sociais (a sociedade civil) ou estatais (políticos e burocratas)? Quais as ideias e interesses mais importantes na elaboração e tramitação das propostas? Quais fatores auxiliam a prever as chances de sucesso da reforma? Quais as estratégias e formas de organização políticas dos atores envolvidos?

**Ementa:** Estudos legislativos, relações Executivo-Legislativo, lobby, relações governo-sociedade, economia política e processo decisório de políticas públicas

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Atores e interesses na tramitação de reforma.
- b) Impacto das instituições política no processo decisório.
- c) Lobby e relações governo-sociedade.
- d) Comportamento parlamentar.

**PROGRAMA DE PESQUISA: Partidos Políticos: Organização Partidária, Eleições e Sistema Partidário – Nacional e Subnacional**

**COORDENADOR: Prof. Dr. RODRIGO DOLANDELI**

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) – bacharelado e licenciatura; Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2009); Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2018).

**Objetivos:** Analisar a força de elites partidárias sobre as suas organizações e a concentração dos recursos partidários. Observar os efeitos deste quadro sobre o sistema partidário brasileiro, nacional e subnacional.

**Ementa:** O quadro institucional das organizações partidárias, suas estratégias e funcionamento interno; Padrões do financiamento político; Impacto de recursos partidários sobre o desempenho eleitoral, sobretudo de atores sociais minoritários nos processos decisórios: mulheres, negros e indígenas.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Nacionalização e Presidencialização das Campanhas;
- b) Reforma Política;

- c) Sistemas Eleitorais;
- d) Recrutamento Partidário;
- e) Seleção de Candidatos;
- f) Dinheiro e Política;
- g) Grupos de Interesse.